



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

ATA DA TERCEIRA (3ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA, REALIZADA NO DIA DEZENOVE (19) DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Ao décimo nono (19º) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte seis (2026), às dezenove horas realizou-se a terceira (3ª) Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Iturama, no Edifício Vereador "Iron Tomaz de Almeida", situado à Avenida Prefeito Juca Pádua, nº 229, Bairro Lielém, no Plenário "Idivaldo Soares", sob presidência do Vereador Sinomar Barbosa de Moraes e secretariado pelos Vereadores Ronei Queiroz Vasconcelos e Márcio Antônio Molina, especialmente convocada pelo edital datado do dia (09) de fevereiro de dois mil e vinte seis. Procedida a chamada verificou-se a presença dos vereadores: **ADEBALDO BORGES DE FREITAS, ADEILTON PHILIPENSES DE AMARAL (AMARAL DA ASSOCIAÇÃO), DR. ANA LÚCIA MENEZES SANTOS, DR. CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS, FABRÍCIO BENTO SOARES (MASSA BRUTA), JEDER VIANA DE ALMEIDA, MÁRCIO ANTÔNIO MOLINA(AUTO ESCOLA), PEDRO ALVES GARCIA (PEDRINHO GARCIA), RICARDO OLIVEIRA DE FREITAS (RICARDO BAIANO), RICARDO SOLER SOUSA, RONALDO VIEIRA DA COSTA (KARFRIOS), RONEI QUEIROZ VASCONCELOS (RONEI 3MOSQUITO) E SINOMAR BARBOSA DE MORAIS.** Havendo número regimental dos senhores vereadores, o Sr. Presidente Sinomar Barbosa de Moraes, com graça de Deus e em nome do povo de Iturama, declarou aberta a presente reunião. Em continuidade, convidou o Vereador Dr. Cristian Oliveira Santos para realizar a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, encerrando-se com a Oração do Pai Nosso. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à Secretaria a leitura da Ata da 2º Reunião Ordinária, que após lida e aprovada foi assinada pelos vereadores presentes. Na continuidade, o Senhor Presidente indagou ao Primeiro-secretário acerca da existência de correspondências recebidas e/ou expedidas, havendo resposta negativa e não havendo expediente dos senhores vereadores, foi convidado a utilizar a Tribuna Livre, o Senhor Secretário de Saúde, DR. Éder Teixeira de Aguiar para prestar esclarecimentos em atendimento ao requerimento Nº 04/2026- O secretário iniciou agradecendo a Deus, ao prefeito e à confiança da população. Destacou o compromisso pessoal de atuar com dedicação, responsabilidade e disponibilidade integral para buscar soluções e avanços na saúde pública. Reconheceu os desafios da área, ressaltando a importância de planejamento, organização, investimentos e compromisso com as pessoas. Informou avanços obtidos com apoio da gestão municipal e dos servidores da saúde, incluindo: Ampliação de investimentos nas Unidades Básicas de Saúde. Reconhecimento do Hospital Delfina pelo Governo de Minas Gerais como referência microrregional, resultado do cumprimento de metas em 2025 e da capacidade técnica instalada. Liberação de recursos para aquisição de novos equipamentos hospitalares, fortalecendo a estrutura e ampliando a capacidade de atendimento. Reforçou que os resultados são fruto de gestão comprometida, servidores dedicados, apoio legislativo e confiança da população. Reafirmou o propósito de fortalecer o SUS no município, garantindo mais acesso, qualidade e dignidade. Finalizou reafirmando sua disposição para o diálogo permanente com vereadores e população, agradecendo o convite para

Ricardo

Munif

prestar contas. Na sequência foi passada a palavra ao Dr. Cristian que esclareceu que conforme o artigo 310 do Regimento Interno, os vereadores devem encaminhar previamente os quesitos sobre os quais pretendem obter esclarecimentos. O requerimento de convocação foi aprovado, e as perguntas foram apresentadas de forma oficial e pública. O senhor vereador Cristian ressaltou relatos de esperas excessivas no pronto-socorro municipal. Pacientes permanecem por horas sem atendimento adequado, incluindo idosos, crianças, gestantes e casos de urgência. Há registros de pessoas que desistiram e foram embora sem atendimento. Os relatos são consistentes e repetidos, indicando problema estrutural e de gestão. O senhor Secretário prestou informações através de alguns dados: Tempo médio de espera (Protocolo de Manchester): Muito urgente: 8 minutos, Urgente: 11 minutos, Pouco urgente: 31 minutos, Não urgente: cerca de 15 minutos. Equipe médica escalada: Período diurno (segunda a sexta): 3 médicos, Período noturno: 2 médicos, Sábados e domingos: regime de plantão de 12 horas. Secretário afirma que o quantitativo é compatível com a demanda assistencial.

Atendimentos realizados:

Outubro/2025: 5.000 atendimentos (média de 163/dia)

Novembro/2025: 4.800 atendimentos

Dezembro/2025: 5.031 atendimentos (média de 162/dia)

Ortopedia: Um médico ortopedista em regime de retaguarda 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Sobre reclamações de pacientes sem atendimento: Secretário reconhece que em alguns momentos isso ocorre. Sobre redução de profissionais. Secretário afirma que não houve redução no número de profissionais nos últimos meses. Secretário declara que o pronto-socorro não opera acima da capacidade e que não há deficit de médicos. Não há deficit de enfermeiros, técnicos de enfermagem ou outros profissionais essenciais. O dimensionamento da equipe encontra-se compatível com a necessidade assistencial e produtiva. O protocolo de classificação de risco é aplicado corretamente. Todos os profissionais de enfermagem são capacitados e todos os pacientes passam por triagem na admissão. Reclamações formais: Todas as manifestações são monitoradas pela ouvidoria do hospital, em nível corporativo e local, e respondidas conforme protocolo institucional. Não houve registros de agravamento clínico em razão de demora no atendimento. O hospital utiliza o sistema eletrônico Salute para gestão de atendimento e controle da fila. O secretário afirmou que não há falta de medicamentos, insumos ou equipamentos que impactem no tempo de atendimento. Questionado sobre a existência de um plano emergencial para reduzir o tempo de espera dos pacientes, o secretário informou que não há previsão de plano emergencial específico, sendo o atendimento regulado principalmente pela classificação de risco. Dr. Cristian informou que há grande preocupação com a demora no atendimento neurológico, destacando casos de espera superior a seis meses para consultas. Foi ressaltada a alta demanda por exames de imagem, especialmente tomografias e ressonâncias magnéticas. O senhor Secretário informou que já possui levantamento referente ao exercício de 2025, com equipe dedicada a atender as demandas. Exames laboratoriais seguem normalmente em todas

Ricardo

Município

as unidades de saúde. A demanda por exames de imagem é elevada, exigindo articulação com a Secretaria de Saúde de Uberaba. O município de Iturama tem direito atualmente a 2 a 5 ressonâncias em Uberaba. Procedimentos de cateterismo, tomografia e ressonância são centralizados em Uberaba, sendo necessário o transporte dos pacientes. O lançamento dos exames é feito por Frutal, não sendo permitido até o momento que a microrregião de Iturama assuma essa função. Está em andamento a negociação para que Iturama possa inserir suas próprias demandas de ressonância. Foi anunciado que será protocolado ofício junto à Secretaria de Saúde de Uberaba para ampliar o acesso. Estão previstos mutirões para reduzir a fila de exames. O atendimento seguirá protocolos de prioridade, beneficiando pacientes de média e alta complexidade. Finalizando e não havendo mais perguntas, o Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Senhor Secretário Eder Aguiar Teixeira. Dando continuidade e atendendo ao Requerimento Nº 02/2026, o Primeiro Secretário procedeu à chamada do inscrito, concedendo a palavra ao Dr. Douglas Roberto de Souza Oliveira, Controlador Interno do Município de Iturama. Foi destacada a legitimidade da convocação pela Casa Legislativa, diante de informações reiteradas e preocupantes acerca de possíveis atrasos, inconsistências ou falta de clareza nos repasses financeiros efetuados pelo município à Organização Social Caminho de Damasco, responsável pela gestão de serviços essenciais de saúde. Foi requerido ao Controlador Interno que apresente esclarecimentos técnicos, objetivos e documentados sobre a situação financeira dos repasses à OS Caminho de Damasco. Foi esclarecido que o contrato de gestão vigente é o Contrato nº 15/2024, oriundo do Processo Licitatório nº 145/2023, decorrente do Chamamento Público nº 09/2023. A OS Caminho de Damasco assumiu a gestão da saúde municipal em 2024, após experiências anteriores com outras organizações (Resgate à Vida e Gênesis), que apresentaram problemas de irregularidades e colapso administrativo. O município antes mantinha contrato de terceirização com o Hospital Nossa Senhora Aparecida. Em 2024, a Caminho de Damasco iniciou sua atuação, colocando ordem na gestão, mas enfrentou atrasos significativos nos repasses a partir de outubro, acumulando dívida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões. O contrato sofreu acréscimo de 25% após as eleições de 2024, elevando o valor mensal dos repasses. Atualmente, a OS recebe cerca de R\$ 2,946 milhões por mês para gestão hospitalar (alta complexidade). Além disso, o município investe aproximadamente R\$ 2 milhões mensais na atenção primária (UBS). O gasto total com saúde gira em torno de R\$ 5 milhões mensais. Foi questionado ao Controlador Interno, Dr. Douglas, qual o valor repassado pelo governo estadual e federal, e qual a parte que cabe ao município arcar. Respondendo, que até o ano passado, o governo estadual e federal repassavam cerca de R\$ 771 mil por ano, o que equivale a aproximadamente R\$ 50 mil por mês. Esse valor era considerado insuficiente diante da necessidade de custeio da saúde municipal. Recentemente, houve um salto significativo nos repasses, fruto do reconhecimento do município de Iturama pelo Estado e pela União, conforme destacado pelo Secretário de Saúde. O município continua sendo o principal responsável pelo financiamento da saúde, arcando com a maior parte dos custos. Os repasses estaduais e federais, embora ampliados, ainda representam uma fração pequena diante do gasto mensal total de aproximadamente R\$ 5 milhões (sendo cerca de R\$ 3 milhões para alta complexidade e R\$ 2 milhões para atenção primária). O município arca com a maior parte dos custos, utilizando recursos ordinários (receitas próprias). A despesa com saúde representa cerca

Ricardo





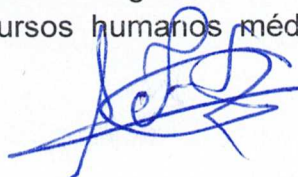


maui



de 33,3% do orçamento municipal, muito acima da exigência legal de 15%. Quanto ao repasses financeiros e despesas complementares na saúde municipal, Foi mencionado que, em dois meses, houve gasto de aproximadamente R\$ 22 mil com atendimento a crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista), devido à ausência de profissionais especializados em ABA no município. Para suprir essa necessidade, o município contratou serviços de clínica particular, garantindo que as crianças não ficassem desassistidas. Quanto a situação dos repasses à OS Caminho de Damasco: foi mencionado que na gestão atual (2025-2028), os repasses financeiros à OS estão rigorosamente em dia. Em 2025, foram quitados cerca de R\$ 36 milhões em repasses à OS, cobrindo integralmente os valores previstos. Em 2026, houve reuniões com a OS para dimensionar e avaliar a execução do contrato herdado da gestão anterior. Foi esclarecido que o contrato vigente com a OS Caminho de Damasco foi elaborado a partir de um termo de referência produzido pelo governo anterior. Esse termo de referência, documento essencial em processos licitatórios, define todas as necessidades e obrigações da parceria. A atual gestão recebeu o contrato já pronto e permaneceu um ano sob sua vigência. A gestão atual iniciou um processo de revisão do contrato com a OS Caminho de Damasco a partir de janeiro. O objetivo é verificar como a OS está utilizando os recursos repassados pelo município, especialmente no pagamento de fornecedores. Foi ressaltado que o município tem o direito de acompanhar a aplicação dos valores transferidos, garantindo transparência e regularidade. Está em andamento uma auditoria junto à OS, para avaliar: Situação financeira e operacional dos fornecedores. Condições de fornecimento de alimentação e medicamentos. Os pagamentos estão sendo realizados de forma escalonada, condicionados à comprovação da capacidade de gestão da OS. Foi destacado que o município apresenta um déficit mensal de aproximadamente R\$ 2 milhões, considerando os gastos atuais. Foi reconhecido que, mesmo com esforços de otimização, o gasto público tende a crescer, especialmente na área de transporte universitário, devido ao aumento constante da demanda. Foi salientado que o primeiro ano de experiência com a OS Caminho de Damasco serviu para compreender como era feita a gestão e identificar pontos de melhoria. Sobre a regionalização do hospital do povo, foi informado que os 10 leitos de UTI e os 20 leitos públicos previstos para Iturama deverão funcionar inicialmente com recursos próprios do município, por pelo menos seis meses, até que o governo federal direcione recursos adicionais. Sobre os pagamentos de fornecedores e responsabilidade contratual da OS Caminho de Damasco, o Senhor Douglas esclareceu que atualmente já existe previsão contratual que impede a solidariedade do município em relação às obrigações da OS. Diferentemente do ocorrido com a OS Gênesis, quando o município pagou de forma solidária sem buscar ressarcimento, agora há entendimento judicial e cláusula contratual que afastam essa responsabilidade. Apesar disso, foi reforçado que o município deve se preocupar com a situação interna da OS, garantindo que os pagamentos sejam auditados e dimensionados corretamente. Foi questionado se os repasses financeiros à OS Caminho de Damasco estão em dia. Dr. Douglas esclareceu que, no período de janeiro para fevereiro, os repasses estão sendo feitos de forma gradativa, em razão do processo de auditoria em andamento, explicou que a auditoria busca detalhar como os recursos estão sendo aplicados, evitando repasses automáticos sem controle. Foram mencionados valores aproximados da estrutura de gastos da OS. R\$ 500 mil destinados a colaboradores. R\$ 1,2 milhão para recursos humanos médicos. Totalizando cerca de R\$ 1,7 milhão em

Ricardo









munic



despesas diretas com pessoal. O restante, aproximadamente R\$ 1,3 milhão, é destinado a contratos com pessoas jurídicas e fornecedores. Foi questionado sobre os vencimentos dos colaboradores e médicos vinculados à OS Caminho de Damasco: Colaboradores: recebem no quinto dia útil. Médicos: recebem no dia 20 de cada mês (com possibilidade de ajustes). Os fornecedores estão sendo acompanhados de perto, com pagamentos realizados de forma escalonada durante o mês de janeiro, em razão da auditoria em andamento. Foi questionado se houve retenção de valores por parte do município. Respondido, que não houve retenção, mas que os pagamentos estão sendo feitos em conjunto com a OS, de acordo com as demandas apresentadas. Perguntou se em algum momento os repasses deixaram de ser feitos por falha administrativa, financeira ou orçamentária. respondeu que sim, os repasses foram realizados de forma intercalada, não por falha administrativa, mas por falta orçamentária. Foi explicado que muitas vezes é necessário suplementar pastas para viabilizar os pagamentos, já que o orçamento herdado da gestão anterior não contemplava integralmente as necessidades. Foi questionado se o município possui atualmente dotação orçamentária suficiente para honrar integralmente o contrato com a OS Caminho de Damasco. Explicou que a dotação orçamentária depende da ausência de novos gastos imprevistos e que município não possui garantia absoluta de dotação suficiente, mas está trabalhando com planejamento fiscal e suplementações, contando com o apoio do Legislativo para ajustes necessários. Foi levantada a questão das reclamações de médicos sobre atrasos no pagamento de salários, que em resposta Dr. Douglas informou que o município, por meio da Controladoria, tem buscado informações junto à empresa H2, responsável pela gestão de parte dos contratos médicos, para entender os motivos das reclamações. Foi destacado que o município de Iturama repassa os valores para a OS Caminho de Damasco, que por sua vez repassa à empresa H2, responsável pela contratação dos médicos.

Foi relatado que até aquele momento foram pagos apenas:

Os salários dos especialistas.

Os plantões do mês de dezembro.

Não foram pagos ainda:

Procedimentos cirúrgicos.

Cesarianas.

Consultas de especialistas.

Além disso, afirmou que a empresa não emitiu nota referente ao mês de janeiro, o que agrava a situação e gera insegurança entre os profissionais. A auditoria em andamento tem como objetivo justamente verificar essas pendências e garantir maior transparência na gestão dos repasses. Foi ressaltado que, apesar dos altos gastos com saúde — mencionados em torno de R\$ 5 milhões — a população não percebe resultados práticos proporcionais. As principais reclamações dizem respeito à falta de exames, consultas e atendimento especializado, especialmente em áreas como neurologia e ortopedia. A população questiona a efetividade dos investimentos, já que os recursos são elevados, mas os serviços essenciais ainda apresentam falhas. Destacou-se que a auditoria em

hi carlo









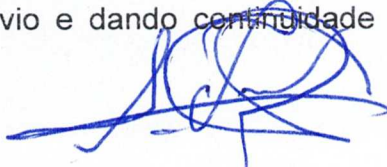




andamento junto à OS Caminho de Damasco tem justamente o objetivo de verificar se os recursos estão sendo aplicados de forma correta e se há necessidade de redimensionamento contratual. Finalizando o Presidente da Câmara agradeceu a presença do Dr. Douglas e ressaltou que futuramente caso haja necessidade, ele poderá ser convocado para prestar novos esclarecimentos. O Primeiro Secretário foi solicitado a chamar o próximo convocado. O senhor Flávio Correia da Silva, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Iturama, compareceu à Câmara em atendimento ao Ofício nº 25/2026. Em sua fala inicial, cumprimentou vereadores, vereadora Danúcia, população presente e internautas que acompanhavam a sessão. O Presidente da Câmara destacou que, diferentemente das participações anteriores (Secretário de Saúde e Controlador Interno), não foram elaboradas perguntas prévias para o Presidente do Conselho. A sessão entra em fase de perguntas abertas ao Conselho Municipal de Saúde, com espaço para que os vereadores apresentem suas dúvidas e questionamentos de forma espontânea. Foi apresentada a primeira pergunta: como o Conselho de Saúde acompanha a real situação dos pedidos de exames e cirurgias do Hospital do Povo? O senhor Flávio informou que Conselho Municipal de Saúde tem ciência de toda a situação relativa aos exames e cirurgias, pois recebe informações ordinárias da Secretaria de Saúde e acompanha as demandas. Foi reconhecido que existe um volume muito elevado de exames represados, fruto da grande procura por serviços de saúde em Iturama. O Conselho tem percebido um esforço significativo do Departamento de Regulação da Secretaria de Saúde para adiantar os atendimentos e normalizar os pedidos. As demandas que chegam à ouvidoria, aos conselheiros e diretamente ao Presidente, por meio de visitas às UBS, são encaminhadas ao Secretário de Saúde e aos servidores responsáveis. O Conselho reconhece que há uma demanda muito grande e represada, mas também observa que a Secretaria de Saúde está atuando com responsabilidade e buscando resolver os problemas dentro das possibilidades. Na sequência foi solicitado que o Senhor Flávio explicasse de que forma o Conselho contribui com ideias e sugestões para aprimorar o sistema de saúde de Iturama. Em resposta, o senhor Flávio afirmou que Conselho Municipal de Saúde participou ativamente da construção do Plano Municipal de Saúde para os exercícios de 2026, 2027 e 2028. Durante o processo, o Conselho ofereceu sugestões e contribuições e, ao final, participou da aprovação do plano. O documento foi entregue à Câmara Municipal e já se encontra em vigência, devidamente assinado pelo Prefeito. O Presidente destacou a importância de o Conselho e os vereadores se aterem ao plano, pois nele estão os compromissos e metas que precisam ser cumpridos. Citou sugestão do conselheiro Ronaldo, que recomendou que o plano seja acompanhado "como se fosse um filho", garantindo que cada ação prevista seja realizada. Segundo Flávio, se o plano for cumprido integralmente, haverá um crescimento significativo da saúde em Iturama. Perguntou se, em algum momento, o Conselho ouviu ou tomou conhecimento de que a Organização Social (OS) Caminho de Damasco poderia deixar de atuar em Iturama? Flávio afirmou que não ouviu em nenhum momento que a OS Caminho de Damasco poderia deixar Iturama. Disse que, como acompanha de perto o trabalho da OS e está quase diariamente no hospital, entende que a organização não sairia da cidade "à toa". Recordou que em janeiro do ano passado a OS manteve suas atividades mesmo sem receber repasses, demonstrando comprometimento. Encerrando o Senhor Presidente Sinomar Barbosa agradeceu a presença do Senhor Flávio e dando continuidade ao Expediente, solicitou ao primeiro

Ricardo



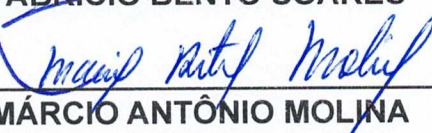
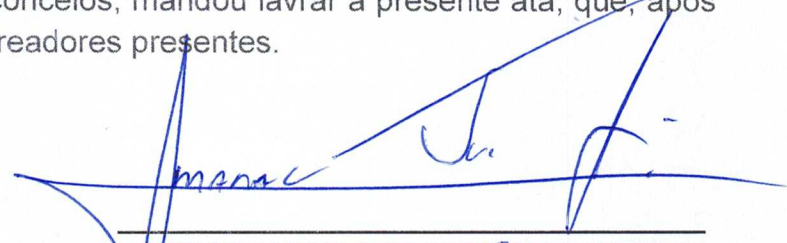
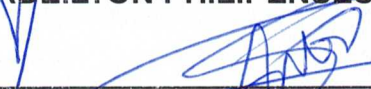
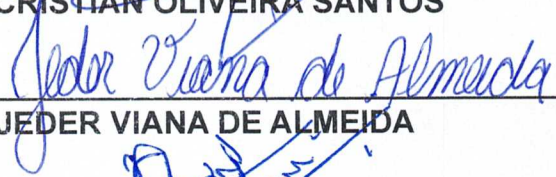
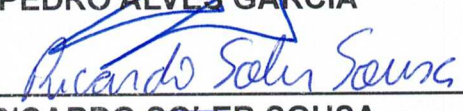




2 maio



secretário a Leitura da Ordem do Dia e dos pareceres das comissões relativos aos projetos em pauta: **PROJETO DE LEI Nº 19/2026** – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto aprovado por unanimidade. **PROJETO DE LEI Nº 26/2026** – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto aprovado por unanimidade. **PROJETO DE LEI Nº 34/2026** – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 92.000,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE. Projeto aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, convocando os senhores vereadores para a segunda sessão, a ser realizada às 22 h 34 m (vinte duas horas e trinta e quatro minutos). Para constar, o primeiro-secretário, Ronei Queiroz Vasconcelos, mandou lavrar a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos vereadores presentes.


ADEBARDO BORGES DE FREITAS
ANA LÚCIA MENEZES SANTOS
FABRÍCIO BENTO SOARES
MÁRCIO ANTÔNIO MOLINA
RICARDO OLIVEIRA DE FREITAS
RONALDO VIEIRA DA COSTA
ADEILTON PHILIPENSES DE AMARAL
CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS
JEDER VIANA DE ALMEIDA
PEDRO ALVES GARCIA
RICARDO SOLER SOUSA
RONEI QUEIROZ VASCONCELOS
SINOMAR BARBOSA DE MORAIS
(PRESIDENTE)



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

ATA DA TERCEIRA (3ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA, REALIZADA NO DIA DEZENOVE (19) DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Às vinte duas horas e trinta e quatro minutos (22 h 34 m) do dia 19 de fevereiro foi realizada a Segunda Sessão da 3ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Iturama, contando com a presença de todos os vereadores que participaram da primeira sessão. No horário previsto, o Senhor Presidente declarou reabertos os trabalhos e, com a concordância dos demais membros, submeteu à discussão, em redação final, e à votação todos os projetos: PROJETO DE LEI Nº 19/2026, PROJETO DE LEI Nº 26/2026 E PROJETO DE LEI Nº 34/2026. Projetos aprovados por unanimidade. Na sequência o vereador Dr. Cristian fez o uso da palavra. O vereador Dr. Cristian apresentou manifestação referente ao pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da farmácia municipal. Informou que o requerimento tem como objetivo investigar o período de 2021 a 2026. Ressaltou que, em dezembro do ano anterior, o mesmo pedido havia sido assinado por 13 vereadores, mas foi retirado para adequações formais e reapresentado. Na presente ocasião, apenas oito vereadores manifestaram apoio por meio de assinatura. O vereador questionou a mudança de posicionamento de alguns parlamentares, destacando que se trata do mesmo pedido anteriormente subscrito. Reforçou que a CPI não tem caráter pessoal, mas visa à apuração e transparência da gestão pública, solicitando a adesão dos demais vereadores para garantir a continuidade do processo investigativo. Em seguida a palavra foi deixada ao vereador Márcio Molina que manifestou-se contrário à assinatura do pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da farmácia municipal.

Em sua fala, destacou que, em seu entendimento, a CPI representa apenas uma ação de caráter político, sem resultados práticos, servindo apenas para criar expectativa na população. Ressaltou que processos dessa natureza podem se estender por muitos anos sem conclusão efetiva, sendo utilizados como instrumento de "politicagem" e de "fazer média" com o povo.

O vereador afirmou não estar disposto a participar da iniciativa, reiterando que não assinará o pedido da CPI. Ressaltou, contudo, que está aberto a colaborar em outras propostas que considere produtivas, mas não em comissões de inquérito. Concluiu sua manifestação reafirmando que exerce sua função de vereador sem intenção de fazer média ou politicagem.

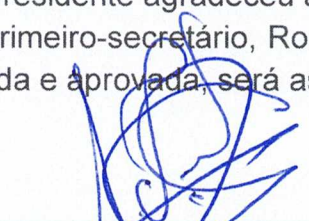
Em resposta o vereador Dr. Cristian justificou sua posição em relação ao pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da farmácia municipal. Informou que não votou em determinada ocasião porque, segundo ele, seria colocado em posição de poder um indivíduo que havia denunciado como criminoso. Ressaltou que não poderia apoiar tal situação, pois considera que pessoas que prejudicam a população devem ser afastadas. O vereador destacou que sua postura não tem relação com "fazer média" com a população, mas com a seriedade de sua função. Afirmou que a CPI foi solicitada porque existem irregularidades e que, ao não confiar nas instituições, parte dos parlamentares estariam agindo de forma equivocada.

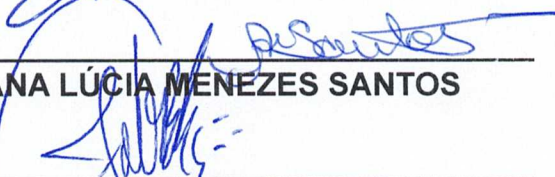
Enfatizou que não está "brincando" com o tema e que leva sua atuação com responsabilidade. Reforçou que, se pede a CPI, é porque há indícios de irregularidades,

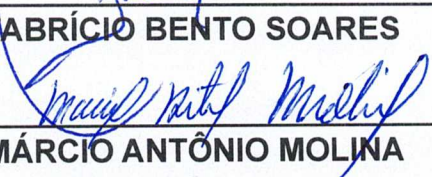
questionando a razão pela qual alguns vereadores estariam se opondo ou “correndo” da investigação. O vereador manifestou-se afirmando que não há espaço para atitudes imaturas ou de “politicagem” dentro da Casa Legislativa. Ressaltou que, desde o início de seu mandato em 1º de janeiro de 2025, nunca praticou qualquer ato imoral ou que pudesse desaboná-lo. Declarou que jamais solicitou valores a vice-prefeitos ou prefeitos em troca de votos relacionados a processos de cassação, venda de terras ou qualquer outra negociação. Reforçou que não existe gravação ou prova que o vincule a pedidos de dinheiro ou vantagens indevidas. O vereador destacou que sua conduta sempre foi pautada pela correção e que a CPI tem como objetivo investigar possíveis irregularidades. Caso sejam confirmadas, afirmou que outras providências poderão ser tomadas, incluindo o encaminhamento das denúncias ao Ministério Público. O vereador Márcio Molina manifestou-se durante a sessão afirmando que determinadas questões já estão sendo investigadas e que caberá à Justiça definir quem está certo e quem está errado. Ressaltou que, em sua visão, “máscaras irão cair”, indicando que irregularidades serão expostas no devido processo. O parlamentar reforçou que não se trata de brincadeira ou de politicagem, mas de uma apuração séria. Destacou que sua atuação é pautada pela responsabilidade e que, caso sejam comprovadas irregularidades, estas deverão ser devidamente encaminhadas às autoridades competentes. Concluiu sua fala reiterando confiança na Justiça e na seriedade da investigação, afirmando que não há espaço para práticas imorais ou ilegais dentro da Casa Legislativa. Na sequência o vereador Dr. Cristian disse ao vereador Márcio Molina **“O senhor, o senhor é um dos articuladores, vereador. O senhor é uma das pessoas que falou que ia conseguir valores para passar para vereadores aqui dessa Casa”**. Ao término da fala o vereador Márcio Antônio Molina solicitou ao presidente que esta fala mencionada pelo vereador Dr. Cristian constasse em ata e acrescentou que o nobre vereador terá que provar o que foi dito. A manifestação do vereador Dr. Cristian foi registrada integralmente, conforme solicitado pelo vereador Marcio Molina, para constar nos anais da sessão. O vereador Ricardo Baiano declarou não ter assinado e não pretender assinar o pedido de abertura da CPI da farmácia municipal, ressaltando que considera ser direito de cada parlamentar decidir sobre o tema. Recordou sua atuação como presidente de comissão processante anterior, na qual, segundo ele, ficou comprovada a infração à lei, independentemente da gravidade ou do valor envolvido. O vereador afirmou que já possui denúncia relacionada a supostos problemas com medicamentos, mencionando áudio divulgado em grupos, e que pretende encaminhar tal denúncia diretamente ao Ministério Público, sem vinculação à CPI. Na sequência o vereador Dr. Cristian disse: **“Senhor presidente. Eu estou, só para deixar, eu estou preparado para a exceção da verdade. Quem acusa tem o instituto da exceção da verdade. Eu quero pagar para ver.”**. continuando a palavra foi dada ao vereador Jeder Viana. O vereador Jeder Viana declarou que mantém sua posição de não assinar o pedido de abertura da CPI, afirmando que seu voto é decisão pessoal e não sofre influência externa. Ressaltou que não muda sua palavra e que não adianta tentativas de pressão ou constrangimento. O vereador Ricardo Soler utilizou a palavra para agradecer aos convidados presentes na sessão, incluindo o senhor Flávio, o senhor Ney Junior e o controlador interno Douglas, que compareceram para prestar esclarecimentos à população. Destacou que a participação foi positiva, trazendo informações relevantes e permitindo que a comunidade tivesse acesso a dados importantes. O parlamentar ressaltou que os esclarecimentos envolveram nomes de

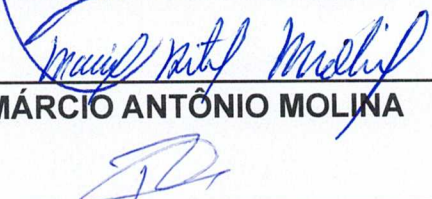
Ricardo

Executivo, do Legislativo, de organizações sociais e de demais envolvidos, contribuindo para maior transparência e compreensão dos fatos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião. Para constar, o primeiro-secretário, Ronei Queiroz Vasconcelos, mandou lavrar a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.



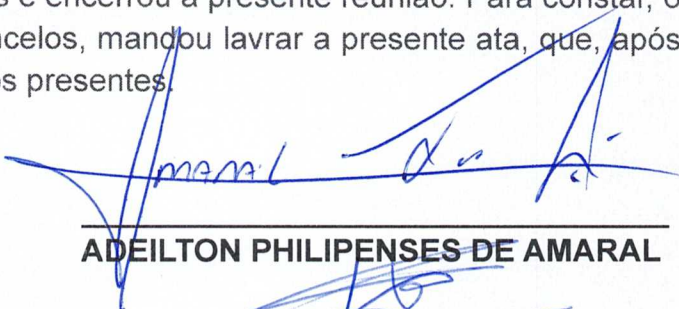
ADEBALDO BORGES DE FREITAS

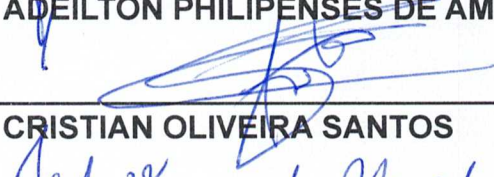
ANA LÚCIA MENEZES SANTOS

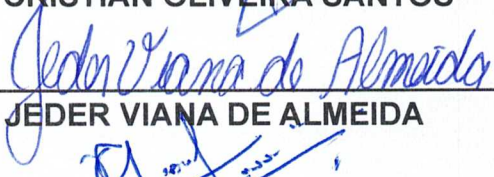
FABRÍCIO BENTO SOARES

MÁRCIO ANTÔNIO MOLINA

RICARDO OLIVEIRA DE FREITAS

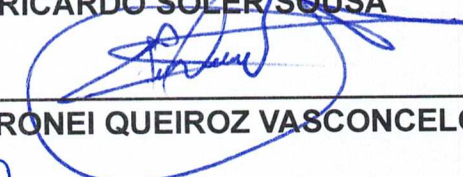
RONALDO VIEIRA DA COSTA

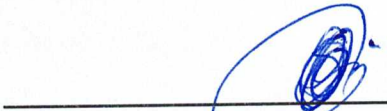
ADEILTON PHILIPENSES DE AMARAL

CRISTIAN OLIVEIRA SANTOS

JEDER VIANA DE ALMEIDA

PEDRO ALVES GARCIA

RICARDO SOLER SOUSA

RONEI QUEIROZ VASCONCELOS

SINOMAR BARBOSA DE MORAIS
(PRESIDENTE)